

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2019.

**Manifestante:** Thiago Pampolha Gonçalves.

**Código de Manifestação:** 190.043.095.622

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que solicitou “A cópia integral do processo TCE/RJ nº 300.074-9/18, com fundamento no artigo 5º, XXXIII e LV, artigo 37, § 3º, II e artigo 216, §2º da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso À Informação), tendo em vista tratar de informação imprescindível para a elaboração de defesa técnica do requerente.”, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 050.891-8/19 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011.

O Documento TCE-RJ nº 050.571-0/19 que possui pedido idêntico está sendo analisado em conjunto com o presente administrativo, por força do disposto nos artigos 15 e 55, § 1º, ambos do CPC.

Em resposta, o Setor Especializado informou que não poderá ser fornecida a cópia solicitada, com base, em especial, no inciso VIII, do artigo 23, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso À Informação), pois “o Processo TCE nº 300.074-9/2018 tem por objeto o Plano Anual de Auditoria Governamental – PAAG, contemplando a previsão das auditorias deste Tribunal de Contas referentes ao exercício de 2018, tratando-se, portanto, de processo interno desta Corte de Contas, em que não constam manifestações técnicas e votos, bem como outras informações que possam auxiliar o requerente na elaboração de defesa”.

**Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

(...)

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Entretanto, caso V.S.<sup>a</sup> deseje poderá interpor, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no site do TCE-RJ da carta resposta, recurso ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, conforme disposto no artigo 15, da Lei 12.527/2011 e no *caput* e § 2º, do art.13 da Resolução nº 275/13.

**Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

(...)

**Resolução TCE-RJ nº 275/13**

Art. 13. No caso de indeferimento de acesso às informações ou após as razões da negativa do acesso pelo órgão competente, poderá o interessado interpor recurso ao Plenário do Tribunal.

(...)

§ 2º Negado o acesso à informação em sede recursal, a decisão se torna irrecorrível.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

[ouvidoria@tce.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.rj.gov.br)